

ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, EM 19-12-2016.

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Bernardino Vendruscolo, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Delegado Cleiton, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Guilherme Socias Villela, José Freitas, João Carlos Nedel, Jussara Cony, Kevin Krieger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Elizandro Sabino, Eng^o Comassetto, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Reginaldo Pujol e Sofia Cavedon. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo n^o 238/16 (Processo n^o 2428/16), de autoria de Márcio Bins Ely. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Eng^o Comassetto e Jussara Cony. Em PAUTA, Discussão Preliminar, 2^a Sessão, estiveram o Projeto de Lei Complementar do Executivo n^o 012/16 e o Projeto de Lei do Executivo n^o 037/16, discutidos por Adeli Sell, Sofia Cavedon, Valter Nagelstein, Rodrigo Maroni e Prof. Alex Fraga. Na oportunidade, foi apregoado o Projeto de Lei do Legislativo n^o 283/16 (Processo n^o 2757/16), de autoria da Mesa Diretoria. Em continuidade, Eng^o Comassetto pronunciou-se. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Sofia Cavedon. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e cinquenta e quatro minutos às dezoito horas e cinquenta e quatro minutos, para a realização de reunião conjunta de Comissões Permanentes. Às dezoito horas e cinquenta e quatro minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, foram apregoados os Ofícios n^{os} 1017, 1020, 1018 e 1021/16, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei Complementar do Executivo n^{os} 015 e 016/16 e os Projetos de Lei do Executivo n^{os} 040 e 041/16 (Processos n^{os} 2762, 2764, 2761 e 2763/16, respectivamente). Também, foi apregoado o Projeto de Lei do Legislativo n^o 232/16 (Processo n^o 2332/16), de autoria de Dr. Thiago. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento de autoria de Jussara Cony, solicitando o adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei do Legislativo n^o 232/14 (Processo n^o 2510/14). Em Discussão Geral, 1^a Sessão, estiveram os Projetos de Resolução n^{os} 051e 056/16 (Processos n^{os} 2325 e 2525/16, respectivamente). Durante a Sessão, foi registrada a presença de Luiz Carlos Busato, deputado federal. Também, Sofia Cavedon, Reginaldo Pujol e Jussara Cony manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezoito horas e cinquenta e oito minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Guilherme Socias Villela e secretariados por Paulo

Brum. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo o PLL nº 238/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, a Ver.^a Jussara, a Ver.^a Fernanda e esta Vereadora estão assinando um requerimento para entregar a Vossa Excelência. Conforme o art. 50 do Regimento Interno da Câmara Municipal, somente mediante acordo entre as Comissões poderá ser realizada a Reunião Conjunta das Comissões, mesmo não sendo requerida urgência para tramitação de projetos. A inclusão dos projetos PLCE nº 12/16 e PLC 37/16, na Reunião Conjunta, definida para outros projetos, não atendeu à determinação da regra de ter acordo entre as Comissões, o que torna sua base ilegal. Solicitamos parecer da Procuradoria da Casa sobre a legalidade da tramitação e urgência sem isso ter sido votado e nem respeitado o art. 50.

(A Ver. Sofia Cavedon procede à entrega do Requerimento.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer aqui à Líder de oposição, a Ver.^a Sofia Cavedon, bem como aos demais partidos, PSOL e PCdoB. Quero fazer aqui duas reflexões: uma sobre o conteúdo e outra sobre o método. Este projeto, Ver. Cecchim – o senhor me antecedeu aqui na tribuna –, não é um projeto simplista. Este projeto é complexo. E eu quero aqui recuperar a lembrança de que, no decorrer desses 12 anos, todos os projetos que criaram novas Secretarias foram votados aqui sem discussão e no afogadilho. E este Governo, que aí está, criou mais de dez novas Secretarias e mais de 500 vagas de CCs. Tanto que alguns Vereadores da base da situação atual, que agora não sei se são da oposição ou da situação, como o Ver. Valter e o Ver. Cecchim, já vieram a esta tribuna fazer uma autocrítica pelo excesso de Secretarias. Esse debate é legítimo.

Agora, veja só, Ver. João Carlos Nedel, que defende aqui votar sem discussão este projeto: se este projeto está propondo fazer uma fusão e uma extinção de um conjunto de Secretarias, bem, é de responsabilidade nossa fazer a análise se isso atenderá a Cidade ou não. Bom, e aqui é uma análise política, é claro. E o Vereador que me antecedeu disse que o Prefeito Fortunati encaminhou este projeto a pedido do Prefeito eleito, Marchezan, sem olhar o mérito. Não é responsabilidade do Prefeito Fortunati olhar o mérito, mas nossa responsabilidade. Ver. Cassio Trogildo, temos que fazer um equilíbrio aqui, quem apoiou o Marchezan agora, na eleição para o 2º turno, de pensar na gestão, no mínimo, dos próximos quatro anos. Por que estou dizendo isso? O

Prefeito eleito, Marchezan, foi para imprensa e disse que vai reduzir em 30% o número de CCs! E, neste projeto que veio para cá, eu não encontrei uma linha que trate disso.

Então, eu acho que nós devemos, no mínimo, fazer uma emenda a este projeto dizendo que haverá a redução de 30% de CCs! Para isso, tem que ser feito aqui um diálogo, um debate, um entendimento. O que ele diz que vai reduzir aqui corretamente é o número de Secretarias, de 29 – mais de 30% criadas na gestão Fogaça/Fortunati – para 15 Secretarias. Isso dá uma repercussão de R\$ 2.858.000,00 anuais – no ano de 2007, serão R\$ 2.858.000,00. Ele disse que vai reduzir em 30% o número de CCs, e eu já fiz esse cálculo aqui. Peço que o Ver. Valter, que me criticou e disse que eu não sabia calcular matemática, que me acompanhe: 30% de mil CCs são 300; num custo médio, entre salários, folha, estrutura, carro, deslocamento, de R\$ 12 mil por cada CC; baixíssimo. Isso dá R\$ 3,6 milhões por mês, que vezes 13 meses, incluindo o 13º salário – inclusive, estão esperando que paguem o deste ano – dá R\$ 46,8 milhões, o que é diferente de R\$ 2.858.000,00 que o Prefeito está propondo agora. Bem, como faremos a ponte entre o que ele afirmou politicamente e o projeto que veio para cá? É preciso um tempo para fazer essa análise. Portanto, Sr. Presidente, eu quero aqui...

O último é sobre o método. Ver. Márcio Bins Ely, eu quero falar para o senhor, se o Ver. Cassio Trogildo me permitir. O nosso Regimento fala no art. 50 que a Reunião Conjunta das Comissões é que tem que dar o acordo. O senhor fez uma Reunião de Líderes para fazer esta Comissão Extraordinária. É claro que há tempo de corrigir ainda, de, antes de iniciar o debate, se fazer uma votação entre as Comissões, nada é impossível, mas, até agora, não foram tomadas decisões na Reunião Conjunta das Comissões para fazer a análise. Então é essa a discordância que a Ver.^a Sofia registrou, trouxe aqui ao debate.

Ver. Cecchim, para concluir minha fala, eu quero dizer, com todo o respeito que tenho pelo senhor, pelo PMDB ou por qualquer Vereador aqui, que, quando uma Vereadora, a nossa Líder vir aqui fazer uma discordância do método, não é por ela ser chata, estar importunando ou outros adjetivos que são trazidos a esta tribuna para tentar desqualificar a política. Se nós fizermos uma política qualificada com as mais profundas discordâncias, a Cidade irá ganhar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu venho a esta tribuna destacar algumas questões nesta discussão que se inicia agora. Como defensora intransigente da democracia, o meu voto foi não, juntamente com a Ver.^a Fernanda Melchionna e Ver.^a Sofia Cavedon, porque nós temos o contraditório em relação ao aqodamento com que esses projetos estão vindo para esta Casa sem perspectiva de um aprofundamento. Afinal é a estrutura da cidade de Porto

Alegre que está sendo modificada. E para que tipo de projeto esta estrutura está sendo modificada?

Eu gostaria de iniciar destacando, como fiz na Reunião de Líderes, Ver.^a Sofia, que o Prefeito Fortunati foi claro no envio desses projetos a esta Casa, disse que, por força da democracia, por respeitar a democracia e respeitar um governo no momento de transição, ele enviaria aquilo que lhe foi solicitado de um projeto do Prefeito eleito Marchezan. E destacou – acho isso importantíssimo, chamou-me muito a atenção – que não entraria no mérito do projeto. Creio que não poderia entrar, estava certo; afinal, o projeto no qual ele se perfilava era diferente do que se perfila o Prefeito eleito, o Projeto de Reestruturação do Município. Sim, é de reestruturação do Município, o qual esta Casa vai votar de afogadilho, sem uma discussão mais aprofundada, numa reunião que foi decidida por maioria – e eu respeito essa maioria que decidiu – das Comissões Conjuntas.

Chegou agora, por exemplo, na Reunião de Líderes, a repercussão financeira, e ainda não recebemos o parecer da Procuradoria desta Casa.

E aqui eu queria fazer uma observação: quantas vezes nesta Casa se questionou a urgência de projetos nossos, dos Vereadores? Aliás, o projeto das doulas... O Uber, com cinquenta e tantas emendas, foi votado urgentemente. Em relação ao projeto das doulas, há questionamentos aqui que não passaram pelas Comissões, e nós usamos o Regimento, que nos faculta trazer a plenária, inclusive com audiência pública. Quantas vezes isso é questionado? Agora o Prefeito foi eleito, não assumiu ainda. Não questiono a versão do Prefeito, eu questiono e me preocupo com os votos nulos, porque houve mais votos nulos do que votos dados para eleger um projeto para esta Cidade.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

A SRA. JUSSARA CONY: Vale a eleição. Vossa Excelência sempre tem a mania, Vereador, de me apartear daí, querendo botar naquilo que estou dizendo o que eu não disse. Eu disse que me preocupo sob a ótica da democracia... Não foi somente em Porto Alegre, foi em grande parte do Brasil. Isso é ruim para quem luta pela democracia. Vereador, eu tenho um tempo aqui, não vou ficar lhe respondendo. Vossa Excelência costuma fazer isso, eu também já estou acostumada e vou lhe dizer: não me preocupa de maneira nenhuma que o senhor faça esses seus apartes antirregimentais, cada vez que venho a esta tribuna V. Exa. tenta contestar. Não me preocupa. Não me preocupa porque estou acima desse tipo de comportamento.

A extinção da Secretaria de Meio Ambiente daqui a 120 dias: não é possível isso! Eu fui Secretária de Meio Ambiente do Estado. Uma Secretaria de Meio Ambiente é fundamental sob o ponto de vista da sustentabilidade, sob ponto de vista de um projeto que garanta desenvolvimento com sustentabilidade ambiental. Não se trata apenas de diminuir Secretarias, trata-se de a gente discutir que Secretarias são necessárias, quais as verdadeiras transversalidades que vão ser feitas entre esse novo projeto que nós vamos ter que votar de afogadilho. O pessoal do Conselho Municipal de Saúde está aqui, tem acompanhado aqui a votação de um projeto importante para o Conselho, está

trancado. Está trancado aqui! E sabem muito bem que a saúde transversaliza com meio ambiente, que transversaliza com reforma urbana. Fiz questão de citar a presença de vocês porque o projeto de vocês está trancado aqui, porque tem um Vereador que não quer que votem.

Que Secretarias são necessárias? O que interessa a Porto Alegre? Aliás, é o seguinte: é o Estado mínimo. Vou finalizar por aqui. É o Governo Temer com a PEC 241, é o Governo Sartori agora lá votando projetos que exterminam com a inteligência do Estado do Rio Grande do Sul! A Assembleia Legislativa em praça de guerra! Nós temos dúvidas? Temos, sim. É preciso ter dúvidas, é preciso fazer a análise, por exemplo, sobre extinguir a Secretaria de Direitos Humanos num momento em que se aprofunda o desemprego, se aprofunda a marginalização social por conta de projetos de Estado mínimo neste País.

Então, senhores, o PCdoB assim pensa. Criaram uma Secretaria de Sustentabilidade; como vão preservar o meio ambiente nessa Secretaria de Sustentabilidade? Naturalmente nós vamos poder discutir com mais tempo depois, mas eu queria aqui dizer que o nosso “não” foi exatamente em função de que temos que ter dúvidas, sim. Se somos Vereadores, temos que ter dúvidas em relação a algo que vem para ser votado de afogadilho. Esta Câmara Municipal tem responsabilidade com a cidade de Porto Alegre, com a estrutura necessária e estratégica para políticas públicas que garantam que os impostos que o povo de Porto Alegre paga voltem em políticas para a sua dignidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2750/16 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 012/16, que cria as Secretarias Municipais que refere, estabelece suas finalidades e competências, extingue secretarias e dispõe sobre a organização administrativa durante a sua extinção e revoga legislação sobre o tema.

PROC. Nº 2753/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 037/16, que altera o inc. I do art. 9º da Lei nº 12.138, de 11 de outubro de 2016 – que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Porto Alegre para 2017 – e a al. a do inc. I do art. 3º da Lei Orçamentária Anual de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, volto a esclarecer que estou falando em Pauta sobre os projetos trazidos para nós, aqui na Câmara, assinados pelo atual Prefeito, mas a pedido do futuro Prefeito Nelson Marchezan Júnior. Por nós termos a obediência aos ditames da Constituição Federal – antigos, diga-se de passagem –, desde Montesquieu, à divisão dos Poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário, cabe ao Executivo propor a sua forma administrativa. Nós temos que, primeiro, partir deste debate. Nós vamos ao final do domingo, dia 1º de janeiro, quando o novo Prefeito for aqui empossado, estar atentos a todos os passos que serão dados por ele, pelo Vice-Prefeito, pelos Secretários, pelos principais dirigentes que serão nomeados. Mas os governos têm que ter a liberdade de propor suas Secretarias.

Quando o Prefeito Fortunati tirou uma série de funções de dentro da SMIC, eu apenas marquei a minha posição, dizendo que achava equivocado, mas que a liberdade era de ele escolher. E foi errado tirar o Trabalho de dentro da SMIC, a Inovação de dentro da SMIC; deu no que deu: Secretarias pífias, sem resultados efetivos. Quando o Governador Tarso Genro ganhou o governo do Estado, ele criou o Gabinete dos Prefeitos, o que foi corretíssimo. Eu estive lá. Foi de altíssima ajuda para a população e para os Prefeitos. Agora chegou o governo Sartori e acabou com o Gabinete dos Prefeitos. É decisão dele, mas está errado.

O Sr. Engº Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Adeli, é muito importante a sua reflexão. Foi falado aqui: busca dinheiro e investimento. Nós tivemos, no início deste ano e no ano passado, um grande debate nesta Casa quando o Governo propôs criar a Investe POA, e nós mantivemos o debate aqui, dizendo que era inconstitucional. O que aconteceu naquele momento? O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul determinou o não funcionamento desta empresa/Secretaria porque identificou que era inconstitucional. Quero deixar registrado isso, que nós fizemos todo um movimento para tentar corrigir essa inconstitucionalidade, e a maioria não aceitou o debate.

O SR. ADELI SELL: Não, perfeito. Quando tem elementos de inconstitucionalidade – por isso é que as Lideranças de oposição fizeram um pedido para uma análise da Procuradoria –, é correto. Também não tem nenhum problema reunir as Comissões, escutá-las e votar. Eu sou pela mais ampla democracia.

Eu estou falando do jeito que estou falando, tentando expor algumas coisas, porque vejo que, quando surge um novo governo, tem aquele adesismo que me deixa envergonhado. Fico vermelho de vergonha. E tem aquela oposição que, às vezes, se coloca porque não recebeu um cargo. Eu já ouvi zum-zuns aí na própria base que elegeu o Prefeito. Convenhamos, não é, pessoal? Nós somos Vereadores de Porto Alegre para cuidar da Prefeitura. Como dizia o velho Dib aqui: Vereador fiscaliza, não importa se é

da situação ou da oposição. Pena que normalmente o pessoal que é da situação é chapa branca, é adesista. Não pode ser assim. Tem que ser sereno, tem que ser cuidadoso, tem que ser cauteloso. Se o Prefeito diminui de 37 para 15, da forma como ele está propondo, ele está mexendo, como ele disse, apenas na estrutura básica, na cabeça. Nós queremos discutir, sim; isso vai ser importante no ano que vem. Janeiro mal começa. A coisa vai esquentar em março. Em março talvez tenhamos discursos inflamados, talvez eu seja um dos que falará de forma mais inflamada ainda, porque eu gosto de ser um livre pensador. A gente tem que pensar com a cabeça. Neste momento temos que discutir a proposta como ela veio. Ela ajuda ou não ajuda? Esse é o grande debate. E eu vou discutir ponto a ponto, se for possível, na Reunião Conjunta das Comissões, onde for possível. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vou entrar no teor do projeto um pouco mais, já está em discussão de pauta e é a última oportunidade de discussão antes de votar. É bom que a população saiba que o projeto chegou sexta de tarde e será votado hoje. Pela estimativa financeira cobrada pela Bancada do PT hoje de manhã e reforçada pela Bancada do PSOL para o Prefeito, Ver. Kevin Krieger, atualmente, para 29 Secretários, há uma repercussão financeira mensal de R\$ 493 mil, e os novos 15 custarão R\$ 255 mil. Vou para a anualidade. Na anualidade significa, Ver. Adeli Sell, que, em vez de R\$ 5.920 milhões com os secretários, o Prefeito gastará R\$ 30.621 milhões. A regra que nós estaremos votando, e espero que dentro da legalidade, prevê que possivelmente as secretarias sejam extintas por lei – por lei! – daqui a 120 dias. Eu não tenho compreensão de que elas estão extinguindo as 29 secretarias, ficando só as 15.

Eu pedi ao Presidente hoje, na Reunião de Lideranças, que reproduzisse ao conjunto dos Vereadores quais são as extinções que estão previstas no final do projeto, porque nós sabemos que a legislação toda não está *on-line*. Não sei se deu para reproduzir, Presidente, para todos os Líderes. (Pausa.) Se for possível, o Presidente vai agora reproduzir. No final do projeto, Vossas Excelências podem ver que tem uma citação de doze leis, Ver. Adeli Sell: está-se extinguindo um inciso em cada uma das leis. Então nós não sabemos exatamente o que está extinto. O que quero dizer é que poderá o Prefeito, em 120 dias, entender que não vai extinguir as secretarias, ou que vai extingui-las, vai mudá-las. Nós não temos certeza se essa repercussão financeira é para menos, na minha avaliação. Ela poderá ser para mais.

Um outro tema que ficou em dúvida na Reunião de Liderança... Presidente, pergunto se são os dois projetos que estão em Pauta? (Pausa.) (Assentimento do Presidente.) Então o segundo projeto pede flexibilização orçamentária, de aplicação orçamentária. Reduz em uma rubrica, suplementa na outra: compensa. Tira de uma

rubrica e coloca na outra, Ver. Adeli. O Prefeito pedia 35% de flexibilidade. Mais do que um terço do Orçamento, ele gostaria de poder mexer de um lado para o outro. Só que os próprios Líderes apontaram na reunião que a Lei Orçamentária não tinha sido sancionada até agora há pouco. Ora, nós estamos discutindo uma lei que altera uma lei que ainda não é lei! Eu não tenho ainda informação de qual a posição do Prefeito, se ele sancionou ou não a LOA de 2017. Então, essa redução para 20% acredito que já é benéfica. É uma redução de um cheque em branco, de uma mexida total e absoluta no Orçamento. Pensem no tamanho da repercussão, se uma secretaria como a Secretaria de Segurança, que já está perdendo recursos, se o Prefeito poderá mexer, o que nós votamos praticamente zera a discussão de uma série de secretarias, se ela for esvaziada de Orçamento.

Então, dar esse cheque em branco também é um problema sério, porque não é uma pequena mexida, 20% do orçamento pode ser a extinção, na prática, de uma secretaria inteira, de um orçamento de uma Secretaria de Cultura, de uma Secretaria de Esportes, porque é uma liberalidade bastante grande, Ver. Bosco, mesmo passando dos 20%. Então, quero problematizar. Ainda tem o art. 3º: por decreto, pode-se criar um sistema, mas não explica o que é esse termo “sistema de operação”; em vez de Secretaria, elas viram um sistema, algo que, por decreto, o Prefeito pode fazer, então termina também a condição da Câmara de acompanhar, avaliar e propor sugestões nestas mudanças.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apegoo o PLL nº 283/16, de autoria da Mesa Diretora.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Srs. Vereadores, vou tentar contribuir com alguns esclarecimentos. Pelo que eu li, não está sendo extinta a Secretaria do Meio Ambiente, como está dizendo aqui à esquerda. Estão induzindo os colegas aqui a erro, e até, para esclarecer isso aqui, estou propondo uma emenda, que acho que a própria esquerda que está criticando pode e deve dar acordo. O que estou propondo aqui? Secretaria Municipal de Planejamento Urbano Ambiental Sustentável em vez da Secretaria da Sustentabilidade – apenas mudar o nome. O nosso Plano Diretor é Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, todas as ferramentas são urbanísticas e ambientais. Se promovermos essa singela alteração, nenhuma das competências da Secretaria do Meio Ambiente estarão sendo retiradas, até porque são competências legais: cabe à Secretaria do Meio Ambiente fazer EIA-RIMA, cabe à Secretaria do Meio Ambiente conceder a licença de instalação, a licença prévia, a licença de operação, todas são ferramentas que vão continuar existindo. O que está se propondo aqui é a integração da Secretaria de Urbanismo e da Secretaria do Meio Ambiente. É isso que, em última análise, está sendo proposto ali no projeto.

Agora eu chamo a atenção dos colegas para um equívoco, até já aponteí ao nosso Líder aqui, Ver. Kevin Krieger, e vou compartilhar com os colegas. No projeto que nos veio está proposto dentro da reestruturação – que ninguém discute, todos nós que temos bom senso sabemos que é necessário... Só quem quer marcar posição política aqui dizendo que é contra porque o Estado tem que continuar deste tamanho, que ninguém mais consegue sustentar, são os Partidos que estão umbilicalmente ligados com essas próprias estruturas que lhes dão sustentação política por outro lado. O resto da sociedade sabe que não consegue mais trabalhar até o dia 20 de maio de cada ano para pagar imposto. E pagar imposto para sustentar um Estado mastodôntico. Então, tem que haver um redesenho do tamanho do Estado, isso todo mundo sabe.

Bom, nesse redesenho que veio aqui, está proposta a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. “Art. 5º Compete às Secretarias criadas por esta Lei (...)”. Aí vem a primeira Secretaria, a Secretaria de Desenvolvimento Social; a segunda que está colocada aqui é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, SMDE; e, no item B, se os Srs. Vereadores puderem observar, está dito o seguinte: “Coordenar e acompanhar os processos de licenciamento ambiental e urbano e de regularização fundiária de forma integrada.” Está aqui na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Todavia, logo mais abaixo, se vocês observarem a Secretaria Municipal da Sustentabilidade, SMSU – esta que eu estou sugerindo que seja transformada em Secretaria Municipal da Sustentabilidade e Planejamento Urbano e Ambiental –, está determinado nas suas competências: “Promover o desenvolvimento urbano envolvendo o controle do uso do solo, a viabilidade de impacto de obras e empreendimentos, a fiscalização correta da aplicação da legislação pertinente e outras questões vinculadas à gestão da evolução física sustentável o município de Porto Alegre.” Aqui, Ver. Comassetto, é que ficou EIV, aqui que ficou o EVU, Ver. Cecchim, de 1 e 2, que é, na verdade, onde está o poder, e não poderia nem ir lá para o desenvolvimento econômico, porque são ferramentas urbanísticas. Mas, no caso de Porto Alegre, elas são ferramentas urbanísticas as mais importantes sob o ponto de vista econômico, porque a maior fortaleza da economia de Porto Alegre está na construção civil e na cadeia produtiva da construção civil.

Agora, afinal de contas, quem é que controla o licenciamento? Vai ser o Secretário do Desenvolvimento Econômico ou o Secretário da Sustentabilidade? Porque acho que aqui estão os dois. Se continuarem sendo os dois, há um sobreposição, que é o que está acontecendo hoje, algo que não funciona. Hoje tem SMURB, tem Secretaria do Meio Ambiente, tem DEP, tem DMAE; tudo está dando palpite na hora da confecção do EVU e do EIV, do EVU de primeiro nível e do EVU de segundo nível. Então, aqui tem um equívoco grosso de quem montou este projeto, que, desse jeito, não funciona. “Ah, mas como é que pode funcionar?” Certamente por uma emenda, mas que emenda é essa? Se nós puxarmos lá para o desenvolvimento econômico, não pode, porque essa é ferramenta urbanística, e o Estatuto da Cidade determina que esses licenciamentos são urbanísticos, não são de desenvolvimento econômico. Então, teria que vir aqui para a outra Secretaria, que é esta que eu estou propondo, a Secretaria de Planejamento Urbano e Ambiental Sustentável, que é onde ficariam, por exemplo, as comissões: a

Cauge, a Cetap, a Caadhap. Isso tem que vir para cá. Então, essa é uma alteração substantiva nesse processo, que eu chamo atenção dos Srs. Vereadores, que precisa ocorrer para o bem da próxima gestão, inclusive para a bancada que vai aqui apoiar o Governo. Se não fizer isso, de novo, vai se perdendo um ano, vão se perdendo dois anos, e o pessoal batendo cabeça, Sr. Presidente. Não definindo essas questões, não vai ter comando de novo no licenciamento urbano, e aí não adianta o Prefeito, do gabinete dele, dar ordem, porque essa ordem não chega na ponta. A gente conhece isso, não é, Ver. Cecchim? O pessoal não quer fazer e não faz.

O grande equívoco que houve aqui foi que a Ver.^a Fernanda disse: “Ah, mas o técnico lá do meio ambiente...”. Nós não podemos ter militantes nas secretarias, nós temos que ter técnicos, realmente, que trabalhem a favor da Cidade. Não um militante ambiental lá no Meio Ambiente, que ele vai querer transformar toda a Cidade numa floresta. É óbvio que também nós não devemos transformar a Cidade num deserto, mas é preciso haver essa ponderação. É preciso chegar sempre no meio-termo, e é isso que, infelizmente, às vezes, no mais das vezes, não se consegue. É isto que eu estou desejando, Sr. Presidente: que, na discussão que a gente está fazendo aqui, se consiga chegar numa luz, meu caro colega Ver. Kevin Krieger, para se dar o instrumento adequado ao Governo. Para o Governo poder fazer o que ele tem que fazer: a reengenharia da Administração e do desenho, mas, ao mesmo tempo, uma ferramenta que funcione. Porque, se ficar de novo o Secretário do Desenvolvimento, aqui na letra fria da lei, com a tarefa de coordenar e um outro lá na prática também tendo a tarefa de coordenar, não vai funcionar, e nós vamos estar criando não um Nagelstein, mas um Frankenstein. E o Frankenstein, certamente, como a literatura já registra, também não funciona. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Cassio Trogildo; boa tarde, Vereadores e Vereadoras da Câmara Municipal, colegas, público que nos assiste pela TVCâmara, queria me manifestar aqui, com muita preocupação, sobre o que eu falei, de forma muito fraterna, no dia da posse, ao novo Prefeito; conversei, inclusive, com o atual Prefeito Fortunati sobre isso, com relação à reestruturação das Secretarias.

Pessoalmente, por uma questão de princípios, sou completamente favorável ao enxugamento da máquina pública, de CCs e da diminuição de custos. Todo mundo conhece: às vezes, o que é público é feito milhões de vezes, haja vista as obras, capeamentos e recapeamentos, prédios que são construídos e que muitas vezes não servem para nada, não chegam à população, muitas vezes projetos aqui da Câmara não chegam na ponta – eu costumava dizer isso. Agora, entre tirar dinheiro e CC de onde deve tirar – e tem de onde tirar! – e tirar daqueles que não deve, aí não dá, aí tem que ser discutido. Quero que me provem, André, que a Secretaria dos Direitos Animais é

uma secretaria que dá grandes custos para a Prefeitura. Segundo: quero que me provem como essa Secretaria funciona no seu efetivo. Na minha opinião, qualquer indivíduo da população, Pablo, que já teve contato com a Secretaria dos Animais, tem algum questionamento a fazer, porque ela não funciona no seu efetivo, e não dá para diminuir orçamento, porque não tem! Nós temos, hoje, quase 250 mil animais abandonados, e uma baia de canil lá para 500 animais. O único símbolo que existe é este, que funciona razoavelmente. A nossa batalha tem que ser para ampliar a SEDA, com todos os questionamentos, com todas as críticas, fechando às 17h, pessoas se aglomerando lá na frente. Não pode ser um departamento, Janta, não pode! Tem um hospital público veterinário que foi dado, está lá, Dr. Goulart, como é que vai funcionar se vai ser diminuída? Como é que vai funcionar se nós não lutarmos para ampliar esse orçamento, que é pequeno? Como é que a Secretaria de Animais, que hoje funciona mal, vai para pior? Não vai ter uma delegacia de animais conjunta, articulada com a polícia, com a Brigada Militar! Sabem onde está a minha eleição? Na falha da SEDA. Eu me elegi, porque a SEDA não funciona bem! Eu falo isso abertamente! Se a SEDA funcionasse, o Maroni não estava eleito! Eu entrei no vácuo da SEDA. E vão diminuir a Secretaria! Não vão colocar como departamento! Bom, aí eu posso concorrer a governador do Estado, porque terá mais demanda ainda! Eu até convido meus colegas a virem junto, porque vai ter demanda de animal abandonado para todo mundo! Agora, a nossa luta tem que ser para manter a Secretaria, que é pequena, não tem nada, mas que o hospital funcione 24 horas. Ou para quê vai servir aquele elefante branco fechado, se não tiver veterinário, equipamento? Se hoje tem um animal atropelado, as pessoas me ligam da frente da SEDA para atender, e eu tenho que pagar particular! Eu poderia ser o primeiro a fazer a defesa para extinguir a SEDA, porque isso me privilegiaria. Eu teria mais trabalho, o que me beneficiaria. Se estiver resolvida a questão dos animais, eu estou fora da política, eu me aposento, já falei isso, e para mim está bom! Agora, não me digam que vão terminar com a SEDA, que ela será diminuída, porque não tem o que diminuir!

Aqueles que acham que a questão animal dá voto, eu os convido para uma reunião aqui na quarta-feira com protetores, com veterinários, com pessoas que amam os animais; e eu quero que todos meus colegas sejam da causa animal. Gente, é uma luta de todos! Tomara que muito se amplie, porque os animais não têm como falar para pedir.

Para concluir, quero falar que não me interessa quem vai ser o Secretário, Kevin, tu que foste o coordenador da campanha do Marchezan, ele fez o compromisso no dia da posse no Ministério Público de estar aqui na quarta-feira para ouvir que a Secretaria dos Animais quer ser ampliada. Eu serei parceiro, se for isso. A base do Governo vai me ter, se ajudar os animais! É importante, Kevin, tu estar aqui na quarta-feira com todos para discutirmos uma secretaria que se aumente, que se amplie, e não que se diminua o que não tem.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registramos a presença do Deputado Federal Luiz Carlos Busato, Prefeito eleito de Canoas. Seja bem-vindo.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, vou iniciar minha fala seguindo a fala do Ver. Valter Nagelstein que me antecedeu. Concordo, Vereador, realmente, havia percebido essa sobreposição de tarefas com a extinção da Secretaria do Meio Ambiente. Essa é particularmente uma das minhas áreas, sou professor formado em Ciências Biológicas, e há uma preocupação muito grande por parte dos meus colegas que têm formação técnica na área com relação às atribuições dessas novas Secretarias. Realmente, se nós colocarmos, e aí a minha grande preocupação, a atribuição do licenciamento ambiental em uma Secretaria de Desenvolvimento Econômico, isso viola todas as regras de bom senso existentes. Por quê? A Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem como prioridade analisar a questão financeira, a questão monetária, o dinheiro, o mote, o foco dessa Secretaria é grana; a Secretaria do Meio Ambiente, que é quem presta o serviço de fazer o licenciamento ambiental, tem uma lógica completamente distinta desta. A lógica é justamente a preservação dos nossos recursos para que, através dessa preservação, tenhamos qualidade de vida, vivamos numa cidade saudável, com qualidade do ar, recursos hídricos, menos poluição sonora entre outros fatores. Portanto, é extremamente grave a proposta que chegou a esta Casa Legislativa de transferir a responsabilidade do licenciamento ambiental de uma Secretaria de Meio Ambiente, cujo licenciamento é feito por técnicos da área ambiental, para uma Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Isso é um ataque brutal e direto à questão da preservação dos nossos recursos naturais. Eu vejo com extrema cautela e com muito receio essa proposta, para mim, ela deve ser modificada porque não tem racionalidade, não tem bom senso. Nós não podemos deixar que interesses econômicos se sobreponham à preservação da qualidade de vida em nossa Cidade; isso é lamentável!

Agora, com relação à reestruturação das Secretarias, diminuição de Secretarias, isso quem determinou foi a população que elegeu o futuro Prefeito Marchezan. Nós, através da candidatura da Luciana Genro, também estávamos propondo uma reestruturação administrativa desta Cidade, que é necessária. A atual Administração é muito pesada, inchada, ineficiente e burocratizada. Portanto, eu espero que, através de algumas das ideias que estão sendo encaminhadas a esta Casa Legislativa, nós tenhamos uma desburocratização principalmente com relação à liberação de licenças. Nós não podemos aceitar que, na nossa Cidade, os trâmites impeçam que haja regularização das nossas atividades comerciais, econômicas. A maioria das escolas de educação infantil do nosso Município está irregular; isso é inaceitável. Uma escola irregular pode ter vários problemas que comprometam a saúde das crianças que estão nesses estabelecimentos. A regularização das escolas de educação infantil, neste Município, deve ser uma prioridade imediata do novo Governo, e nós lutaremos para que isso aconteça. Trabalharemos sem cessar e incansavelmente para que nós possamos ter, no nosso Município, pelo menos a quase totalidade das

escolas de educação infantil regulares e trabalhando dentro da lei. Uma boa tarde e esperamos que emendas possam ser feitas para corrigirmos os problemas que esse projeto tem e trás.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Guilherme Socias Villela assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Ver. Guilherme Socias Villela): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra.

O SR. ENGº COMASSETTO: Obrigado, Sr. Presidente; meus colegas Vereadores e Vereadoras, mesmo em Regime de Urgência, o debate está principiando aqui na Casa, e já apareceram um conjunto de sugestões e um conjunto de dúvidas.

Eu vou trazer um tema que, nestes 12 anos, propusemos mais de uma vez: é sobre licenciamento de projetos, sugestões ao atual Governo, para que funcionasse. Um dos maiores gargalos que tem na atual gestão é o licenciamento de projetos. Aqui estão todos os projetos, Vereadores e Vereadoras, são projetos unifamiliares, de uma casa; são projetos multifamiliares, são projetos de regularização fundiária, são grandes loteamentos, são grandes condomínios, são pequenos condomínios, são pequenos loteamentos, enfim, são projetos de empresas, são projetos de comunidades, são projetos de regularização, são projetos de profissionais individuais. Eu já disse aqui que muitos arquitetos, engenheiros, biólogos e outros que se formam vão embora de Porto Alegre, porque não conseguem aprovar um projeto. Conforme a lei que nós aprovamos aqui, quando foram criadas a Cauge, a Caadhap e a CTAAPS, que ficam lá no EdificaPOA, que concentrou tudo, era para aprovar rapidamente os projetos. Mas a estrutura, Ver. Cecchim, também era uma estrutura para os técnicos ficarem lá disponíveis cem por cento do tempo, atuarem exclusivamente naquela área e serem ali valorizados. O que se criou? Foram criadas a Cauge, a Caadhap e a CTAAPS, mas os técnicos vão trabalhar no EdificaPOA e vão para as suas Secretarias. Eles lá têm outras 300 funções, não conseguem dar conta do recado em tempo hábil, estão sobrecarregados. Nesta reformulação, isso tem que ser levado em conta. Eu não encontrei aqui onde fica o EdificaPOA, e eu não tenho dúvida nenhuma de que tem que ficar dentro da Secretaria Municipal de Sustentabilidade, porque aqui está escrito “planejar, coordenar, articular e controlar as políticas voltadas para as áreas de proteção ambiental do Município, com atuação na preservação e conservação do ambiente”. Mas é mais do que isso! Onde fica toda a parte do urbanismo que está diretamente relacionada com o ambiental? Está sugerido aqui ficar na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, como já foi dito aqui neste microfone. Mas a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem outro perfil, pois quando diz “coordenar e acompanhar os processos de licenciamento ambiental, os processos de licenciamento urbanístico e de regularização fundiária”. Devem estar concentrados num único órgão, numa única estrutura integrada, que possa ter essa dinâmica, que ali estejam a parte

ambiental, urbanística, da análise econômica e social, podendo, assim, fazer uma análise rápida para que os projetos possam ser aprovados. Sugiro ao Prefeito Marchezan que analise a lei existente, que criou o EdificaPOA, porque até o momento não é apontada a extinção desse órgão. Mas, ao mesmo tempo, há funções que estão sendo aqui atomizadas, ou seja, pulverizadas, e quanto mais pulverizadas essas ações de licenciamento, mais complicado fica o sistema de licenciamento e isso entrava a Cidade, porque, se não consegue aprovar um projeto em médio prazo – nem diria curto prazo –, acabam desistindo de investir na cidade de Porto Alegre.

Então, trago essa sugestão para o debate. Ver.^a Jussara, a regularização fundiária tem que estar ali, tem que ter agilidade; a aprovação de novos projetos tem que estar ali, tem que ter agilidade. Portanto, Sr. Presidente, trago esta sugestão, o senhor que foi da SMOV e sabe que ela tem uma parte do licenciamento, que é toda a parte de solo, toda a parte de estudos geométricos, todos os estudos relacionados à circulação. A SMAM tem toda a parte de licenciamento ambiental vegetal, animal, as questões hídricas, de solos. A SMURB tem quanto ao urbanismo, potencial urbanístico, interpretação, Plano Diretor e assim por diante, e isso tem que ficar unificado nessa gestão. O EdificaPOA foi um bom início, mas que precisa ser ajustado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Antes de nós terminarmos os debates da segunda Sessão Extraordinária da tarde de hoje, eu quero registrar aqui quais são os cargos que estão sendo extintos. Acho que é importante que todos e todas saibamos.

Está sendo extinto o cargo de Secretário Municipal Especial de Acessibilidade e Inclusão Social. Tenho pleno acordo sobre esse tema. Falei aqui durante quatro anos, Ver. Kevin Krieger, futuro Secretário, que acessibilidade todas as Secretarias têm que fazer. Por que criaram uma secretaria de acessibilidade? Terá meu voto favorável à extinção.

“Fica criado o Secretário da Juventude.” Também está sendo extinto o cargo de Secretário da Juventude, e, na minha opinião, está correto, porque políticas para a juventude se fazem empoderando a juventude, é verdade, mas de forma transversal. Tem que ter política potente, dialogada e construída com a juventude em todas as Secretarias, em especial na da Educação, da Cultura, do Trabalho e Emprego, do Esporte, Recreação e Lazer – pelo menos nessas. O que acontecia hoje? A Secretaria da Juventude fazia uma tendinha da juventude, e mais arranhou encrenca, gastou dinheiro inutilmente, não fez o pré-vestibular também, não sabemos a efetividade dele. Só. Mas influenciar mesmo...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sim, eu estou dizendo que sim, Ver. Bosco, porque procurei acompanhar, mas acho que não tem necessidade de estrutura de secretaria e de secretário, mas sim de transversalidade.

A Secretaria de Direitos Humanos também está sendo extinta. O tema direitos humanos nós temos que ter tratado na Prefeitura de Porto Alegre, não necessariamente numa secretaria específica. Então esse tema vamos ver como fica na nova secretaria.

Está sendo extinto, e tem meu acordo, o Secretário Municipal de Trabalho e Emprego, porque foi uma subdivisão da SMIC em três secretarias – escandaloso isso! Dinheiro torrado com apoiadores políticos, Ver. Nedel. Vergonhoso! Aprovados por V. Exa. todos eles, Ver. Nedel. Não adianta gritar dali, porque eu vou dizer: V. Exa. votou a favor de todos esses cargos que estão sendo extintos hoje, e eles tiveram custos altos para a Prefeitura, para a municipalidade e para os impostos, porque tem Vereadores que vêm aqui discursar que a população paga muito imposto, Vereadores que votaram a favor de todos esses secretários que agora estão sendo extintos, Ver. Janta, votaram a favor, e em todos esses anos houve esse custo.

Aqui está sendo extinta – parabéns ao Marchezan neste tema - a Secretaria Municipal de Turismo. Quero que o Ver. Nedel venha falar sobre o tema do turismo. Eu entendo que numa Secretaria de Desenvolvimento está de bom tamanho, sim, na minha opinião, se bem trabalhada, pode dar muito certo para a cidade de Porto Alegre. Agora, Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer, uma área que foi desidratada, ano a ano, sem concurso, sem colocação de professor, um escândalo o abandono dos centros comunitários, das piscinas comunitárias, dos clubes comunitários, onde a população mais pobre que não tem como ir para praia e como viajar fazia o seu verão. Isso, do jeito que foi desidratado, é um escândalo! Na minha avaliação, escolhas desastrosas de gestão. Faço esta fala em nome da Liderança do PT – eu sei, Adeli, porque nós não somos contra, somos a favor de enxugamento onde houve, na verdade, criação de estrutura para fragmentar a política e para apadrinhar apoiadores políticos de diferentes partidos.

Agora, esporte e lazer são fundamentais nesta Cidade; precisa acontecer na periferia, tem que ter recurso e condição de trabalho. E nós aqui vimos que está se extinguindo a Secretaria de Esporte e Lazer, o que para mim é uma perda muito grave para a Cidade. O Planejamento – este está bem porque está também recortado em várias Secretarias: Planejamento, Licenciamento... E a gente não tinha controle. Está bem a redução disso, mas quero aqui também discordar da extinção, pura e simples, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, apesar de que uma Secretaria Municipal de Sustentabilidade, empoderada, parece extremante positivo. Então, o que precisamos garantir é que todas as funções, com qualidade técnica, com capacidade de gestão, consigam sobreviver. Acho que teremos 120 dias para trabalhar com consistência esse tema do meio ambiente e da sustentabilidade.

O tema sobre a SEDA, eu respeito a luta dos animais, que o Maroni aqui falou, mas não acho que precise ser Secretaria, nunca achei que precisasse ser uma Secretaria específica, pode ser trabalhada transversalmente, sim. Kevin, estou gastando um tempo aqui, em nome do PT, para elogiar algumas medidas. E, quando a nossa posição é dura em relação ao Regimento, é porque nós entendemos que o direito das minorias é protegido pela pluralidade, proporcionalidade e rituais que estão no Regimento, e nós vamos exigí-los. No conteúdo que for bom para Porto Alegre, a Bancada do PT irá apoiar.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Encerramos a discussão preliminar de Pauta e estamos, então, em condições de ingressarmos na Reunião Conjunta das Comissões. Pediria a Ver.^a Sofia Cavedon para se aproximar aqui, por favor. (Pausa.)

Eu chamarei o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Ver. Márcio Bins Ely, para dirigir a Reunião Conjunta das Comissões. Ajustamos aqui a forma de entendimento em relação aos projetos priorizados para a Reunião Conjunta. Na verdade, todos os projetos que serão apreciados hoje, não somente os dois que deliberamos nesta reunião de Líderes, mas também todos os que foram deliberados na reunião de Líderes de quinta-feira passada, e que foram remetidos à DL por *e-mail*, terão, então, na instalação da Reunião Conjunta das Comissões, em bloco, aprovada a sua priorização, a sua inclusão na Reunião Conjunta das Comissões. Ficamos acordados com a Ver.^a Sofia com esse encaminhamento.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h54min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 18h54min): Estão reabertos os trabalhos.

Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, há uma composição no sentido de que se vote prioritariamente aquele projeto que precisa de quórum qualificado de 24 votos. Então, para aproveitar o quórum de 25, vamos votar prioritariamente esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Nós conversamos com diversos Líderes, já vou encaminhar.

Aprego os seguintes projetos: PLCE nº 015/16, PLE nº 040/16, PLE nº 041/16, PLCE nº 016/16, PLL nº 232/16.

Solicito um pouco de atenção para explicar o que conseguimos acordar em Plenário. Primeiramente, a Ver.^a Jussara Cony concordou em adiarmos a votação do projeto das doulas por uma Sessão. Ele ficaria para quarta-feira.

A SRA. JUSSARA CONY: Por solicitação de V. Exa., numa conversa que teve com todos os Líderes, conversei comigo, e eu disse: “Sim, vamos adiantar todo esse processo, que estamos aqui hoje”, e fica, então, para quarta-feira, segundo Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Por que isso? Vou explicar. Nós precisávamos adiar por uma Sessão, mas, se houver acordo por duas Sessões, posso submeter ao plenário. Seria o primeiro projeto a ser votado na quinta-feira.

A SRA. JUSSARA CONY: Por mim, pode ser, não sou eu que vou impedir qualquer votação, qualquer trabalho nesta Casa. Ou quarta-feira ou quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esclarece-me a DL que, com o adiamento por uma Sessão – isso eu não sabia, por isso não expliquei, Ver.^a Jussara –, a votação já cai na quinta-feira. É uma informação que não passei porque não tinha. Com o adiamento por uma Sessão, a votação será na quinta-feira.

A SRA. JUSSARA CONY: Que tenhamos quórum. Estou solicitando que tenhamos quórum para votar.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Claro, com certeza, é a última Sessão.

Em votação Requerimento de autoria da Ver.^a Jussara Cony, que solicita o adiamento da votação do PLL n° 232/14, por uma Sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Nós temos um projeto que chegou nesta tarde, está em parecer da Procuradoria, precisa ser avaliado ainda hoje, porque tem a questão da anterioridade, que trata do INSS, da Netflix e Internet. Então enquanto aguardamos o parecer da Procuradoria, acordamos de votar alguns outros projetos. Os dois primeiros são dois projetos de resolução, um da Mesa e o outro de autoria do Ver. Paulo Brum. São processos que precisam duas sessões de discussão. Então faremos a primeira discussão nesta 19ª Sessão Extraordinária e depois abriremos a 20ª Sessão Extraordinária para podermos concluir a votação dos processos de resolução e aí, então, votaremos os títulos de cidadão e homenagens. Compreendido?

DISCUSSÃO GERAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2325/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 051/16, de autoria da Mesa Diretora, que altera os incs. II e III do § 1º do art. 219 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, dispondo acerca do chamamento de suplentes nos casos de licenças de vereador para tratamento de saúde ou de interesses particulares.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- discussão geral nos termos do art. 126 do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 05-12-16.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão, em 1ª Sessão, o PR nº 051/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO GERAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2525/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 056/16, de autoria do Ver. Paulo Brum, que altera o art. 80 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, dispondo sobre as reuniões da Comissão Representativa.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Elisandro Sabino: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- discussão geral nos termos do art. 126 do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 01-12-16.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão, em 1ª Sessão, o PR nº 056/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Encerrada a discussão.
Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h58min.)

* * * * *